

# SUMÁRIO

<b>Prefácio</b> .....	11
<b>Apresentação</b> .....	17
<b>1 – A (in)definição da dislexia: uma leitura histórica</b> .....	25
Um equívoco conceitual.....	26
• A abordagem organicista.....	30
• A perspectiva cognitivista ou instrumental.....	34
• A visão psicoafetiva.....	37
A dislexia (in)definida por órgãos oficiais nacionais e internacionais.....	40
A dislexia nos manuais de classificação e codificação de doenças.....	47
<b>2 – Reflexões sobre a linguagem: o panorama teórico</b> .....	53
A corrente sócio-histórica .....	54
A linguagem como atividade constitutiva .....	73

O texto.....	82
A análise de fatos característicos da apropriação da escrita.....	91
<b>3 – “Sintomas disléxicos”: hipóteses sobre a escrita em construção</b> .....	99
A fragilidade descritiva.....	100
Os “sintomas disléxicos”.....	102
<b>4 – Avaliação: um rótulo patológico</b> .....	119
O equívoco na avaliação.....	120
A questão da “prontidão”.....	124
As tarefas avaliativas.....	132
• A descontextualização das tarefas avaliativas .....	134
• A desconsideração de ações <i>com</i> , <i>sobre</i> e <i>da</i> linguagem.....	136
• A indistinção entre a oralidade e a escrita e demais inadequações avaliativas.....	143
<b>5 – Produções textuais: uma trilha para superar equívocos...</b>	149
Crianças rotuladas como “portadoras” de dificuldades de aprendizagem da linguagem escrita: estudo de casos.....	153
• O caso G.W.G. ....	155
• O caso G.A. ....	175
• O caso L.H.M. ....	193
• O caso M.S. ....	212
• A relevância dos casos estudados .....	225
<b>Considerações finais</b> .....	233
<b>Referências bibliográficas</b> .....	241

## PREFÁCIO

A dislexia é um fenômeno que tem centralizado atenções no contexto educacional e, nas últimas décadas, vem ganhando *status* como um dos distúrbios de aprendizagem que mais acomete crianças em idade escolar.

Como consequência da centralidade que ocupa nos debates educacionais, profissionais de diversas áreas esforçam-se em conceituá-la, defini-la, demarcar fundamentos teóricos para explicitá-la e, com isso, conferir cientificidade aos discursos que a veiculam.

Essa confluência de vozes sociais teceu fios discursivos em torno do objeto de estudo “dislexia”, delimitando-o em uma área fortemente marcada por um olhar clínico-terapêutico, dando origem a definições e práticas que imprimem às produções singulares de crianças, em fase de apropriação da escrita, sintomas de uma enfermidade.

Neste livro, Giselle Massi toma a dislexia como algo mais que um mero tema passível de teorização. Vinculando-a com

as relações sociais em que se constitui, apreende-a como objeto discursivo atravessado por visões de mundo, concepções de linguagem e de aprendizagem contraditórias entre si.

Aos leitores, é importante ressaltar que não se trata de uma abordagem clássica sobre o tema, uma vez que nessa perspectiva há uma tendência em se adotar definições patologizantes pautadas em explicações genéticas, neurológicas, metabólicas, o que, nas palavras da autora: “faz as análises do cotidiano escolar e do processo de apropriação do objeto escrito permanecerem restritas ao signo da patologização individual”.

A ampla literatura disponível no mercado sobre o tema nos oferece uma paradoxal explicação sobre a natureza da dislexia. O conjunto de sintomas e práticas avaliativas que constitui seu corpo teórico, ao mesmo tempo em que nega à criança a autoria de seu dizer – manifestado em produções singulares –, convoca-a como a fonte de todos os males em que o distúrbio busca explicação.

Giselle Massi, em direção oposta, brinda-nos com um texto claro, objetivo, revestido de um rigor teórico indefectível, no qual desestabiliza os fundamentos que sustentam o discurso monológico da perspectiva organicista e cognitivista acerca da dislexia, que busca no indivíduo a fonte de todo o mal.

Ao promover um consistente diálogo da fonoaudiologia com a lingüística, sedimenta um sólido corpo teórico de fundo sócio-histórico, convocando as vozes de autores como Vygotsky e Bakhtin (e afiliados) para sustentar sua argumentação de que o processo de apropriação da escrita, como qualquer prática de linguagem, constitui-se em espaços de interlocução entre um *eu* sujeito-aprendiz e um *outro* sujeito-mediador, mergulhados em relações sociais concretas.

Utiliza, dessa forma, o núcleo do pensamento do Círculo de Bakhtin a respeito da linguagem não apenas como pano de fundo para a sustentação teórica de suas reflexões, mas, sobretudo, como princípio organizador de seu texto. De forma contundente, demonstra que, como qualquer objeto de estudo, a dislexia está imersa em guerras discursivas em que múltiplas vozes sociais pretendem estabilizar, sobre ela, sentidos unificadores e monolíticos.

A leitura de seu texto nos conduz a um exercício de desconstrução no qual conceitos e práticas hegemônicas, que conferem destaque à dislexia no cenário dos ditos distúrbios de leitura e escrita, investidos da autoridade discursiva da ciência médica, devem ser questionados, replicados e contestados.

Na contramão das principais obras e produções acadêmicas recorrentes na área, Giselle dialoga com as abordagens organicista, cognitivista e psicoafetiva, contestando a fragilidade de seu arcabouço teórico e deslocando a matriz discursiva que patologiza dados singulares das produções escritas de crianças, em fase de apropriação do sistema gráfico da língua, e os vincula ao terreno dos distúrbios.

Ao ampliar nosso olhar para os diferentes aspectos que permeiam esse percurso de apropriação, convoca as contribuições da lingüística para o debate, brindando-nos com práticas de intervenção fonoaudiológica que destacam o protagonismo das ações do sujeito-mediador na superação de hipóteses de apropriação do sujeito-aprendiz.

Sua réplica edifica-se filiada a uma concepção de linguagem que explicita que o que a constitui não é o sistema de normas e símbolos lingüísticos – o *minimum* abstrato da língua –, mas as forças ideológicas e concretas da vida real que

veicula, em relação indissolúvel com os processos sociopolíticos e culturais, seu *maximum*<sup>1</sup>.

Ou seja, a preocupação mais evidente de Giselle é a de fortalecer o vínculo da linguagem com a vida, tomando-a em sua complexidade e totalidade, imersa em interlocuções significativas ensopadas de conteúdo vivencial.

Em sua recusa a submeter-se aos modos de (in)definir a dislexia presentes nos livros e manuais ortodoxos, merece destaque a crítica voraz que lança sobre a concepção de linguagem monológica e descontextualizada que categoriza os ditos sintomas disléxicos. A autora esforça-se em demonstrar que a manifestação dessa “sintomatologia” está intimamente vinculada às relações entre oralidade e escrita, próprias da atividade do aprendiz, ao deparar com a arbitrariedade dos critérios que organizam o sistema gráfico da língua.

Essa compreensão das relações entre oralidade e escrita, bem como dos meandros presentes na vinculação de ambos os processos no percurso de apropriação trilhado pela criança, contribui para a fertilidade das práticas de intervenção que desenvolve com os alunos rotulados como “disléxicos”.

Sua rica e minuciosa reflexão sinaliza para a necessária desmistificação da patologização dos “erros” da criança em seu processo de elaboração de hipóteses sobre a escrita. A denúncia da fragilidade teórica das práticas de medicalização que invadiram o contexto pedagógico, nas últimas décadas, fortalece a imprescindível ruptura com a histórica dependência hierárquica da educação em relação à saúde.

Para concluir, de forma magistral, Giselle ilustra a defesa de suas teses com relatos que humanizam as reflexões teóricas desenvolvidas e demonstram que as opções teóricas e

---

<sup>1</sup> BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 81.

metodológicas que fazemos fabricam realidades nas quais rótulos, diagnósticos e encaminhamentos equivocados podem alterar percursos de vida e trazer marcas perenes aos sujeitos que nelas inscrevem sua trajetória.

*Sueli Fernandes*

Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação  
em Letras da Universidade Federal do Paraná.  
Assessora técnico-pedagógica do Departamento de Educação  
Especial da Secretaria do Estado de Educação do Paraná.  
Pesquisadora e consultora na área de letramento para surdos,  
com foco no ensino de português como segunda língua.





# APRESENTAÇÃO

Em nossa prática fonoaudiológica, temos assistido a uma procura constante por avaliações e atendimentos a crianças que, por não seguirem o padrão proposto e esperado pela escola, são consideradas “portadoras” de distúrbio ou de dificuldade de aprendizagem da escrita. Escolas públicas e particulares, preocupadas com trocas, inversões e adições de letras e sílabas, levantam a suspeita de um problema no uso da escrita e encaminham a criança para acompanhamento clínico especializado, conduzido por médicos, psicólogos, fonoaudiólogos ou psicopedagogos. Quando esses profissionais ignoram os critérios lingüísticos que esclarecem o processo de apropriação da escrita, acabam por diagnosticar o aluno como disléxico ou portador de dificuldades relacionadas à linguagem escrita, confirmando a suspeita da escola.

De início, convém esclarecer que a dislexia tem sido tradicionalmente divulgada pela literatura nacional e internacional como um distúrbio de aprendizagem manifestado por

um conjunto de alterações “patológicas” que se evidenciam na aprendizagem da escrita. Conforme Hout e Estienne (2001), desde a primeira descrição, elaborada em 1896 pelo médico inglês Pringle Morgan, até os dias atuais, a dislexia é objeto de estudos e publicações em diferentes áreas: neurologia, genética, oftalmologia, psicologia, ciências cognitivas, fonoaudiologia, educação, entre outras.

Além de ter gerado uma bibliografia abundante, o assunto tem motivado a criação de associações e centros de estudos e diagnósticos em vários países, só para citar alguns: The International Dyslexia Association, Davis Dyslexia Association International, Bright Solutions for Dyslexia, Dyslexia Research Institute, nos Estados Unidos; The British Dyslexia Association, na Inglaterra; Asociación para la Dislexia, na Espanha; Centro Interdisciplinario del Lenguaje y Aprendizaje, na Argentina; Associação Brasileira de Dislexia, no Brasil.

Tanto nesses centros como nas pesquisas e publicações sobre o tema, prevalece a noção de que a dislexia é um distúrbio do sujeito-aprendiz, ou seja, um problema que o acomete individualmente a partir de determinações naturais ou emocionais. Todavia, uma análise cuidadosa desse material bibliográfico nos revela multiplicidades de fontes etiológicas e arbitrariedades sintomatológicas e terminológicas, o que indica total imprecisão na caracterização e no diagnóstico da síndrome disléxica.

Do ponto de vista etiológico, a literatura apresenta diferentes e contraditórias hipóteses explicativas. Por isso, essa suposta síndrome tem sido tomada como uma patologia cujas causas não foram esclarecidas. Da mesma forma, as descrições sintomatológicas apresentam-se fragilizadas, pois as características do processo de apropriação da escrita – como o uso

indevido de letras, a segmentação imprópria de vocábulos, a escrita pautada na transcrição fonética e as trocas ortográficas – são descritas como sinais de déficit, completamente desprovidas de uma investigação lingüística para elucidá-las.

Sobre os ditos sintomas disléxicos, cabe ressaltar que eles têm sido descritos sob a perspectiva de que a linguagem é mero código de comunicação. Vallet (1989) e Paín (1985), por exemplo, sugerem procedimentos de avaliação e diagnóstico com base no reconhecimento e na discriminação de letras, sílabas, palavras ou frases isoladas de um contexto significativo, isto é, tarefas pautadas na descontextualização, descaracterização e fragmentação da escrita. Nessa direção, esclarecimentos sobre as chamadas manifestações disléxicas mostram-se inconsistentes pela própria concepção de linguagem que os sustentam.

Por fim, quanto ao aspecto terminológico, diversas nomenclaturas – como “dificuldade de aprendizagem”, “dificuldade de leitura e escrita”, “problema de aprendizagem”, “dislexia de evolução”, “dislexia do desenvolvimento”, “dislexia específica de evolução” ou simplesmente “dislexia” – vêm sendo utilizadas de forma indiscriminada para se referir a questões relacionadas à apropriação e ao uso da escrita. Nesse ponto, vale ressaltar que, de acordo com Moysés e Collares (1992), os termos “dislexia” e “distúrbio de aprendizagem” têm sido substituídos por “dificuldade de leitura e escrita” e “dificuldade de aprendizagem”, na tentativa de utilizar expressões menos violentas. Entretanto, segundo as autoras, independentemente da terminologia adotada, o problema continua sendo identificado em quem aprende, excluindo todos os fatores que podem influenciar negativamente o processo ensino–aprendizagem.

Apesar da indefinição que permeia o assunto, muitos alunos são diagnosticados como disléxicos ou portadores de dificuldade para ler e escrever. Segundo dados da International Dyslexia Association (2002), o National Institutes of Health estima que aproximadamente 15% da população dos Estados Unidos apresenta dislexia. Nico (2002) afirma que 15% da população mundial apresenta essa desordem, ou seja, uma média de quatro a cinco sujeitos em cada classe de trinta alunos.

Contudo, se o conceito de dislexia é impreciso, se as descrições sintomatológicas associadas a esse conceito não foram baseadas em uma investigação lingüística, se as tarefas avaliativas usadas para diagnosticar esse dito distúrbio mostram-se inconsistentes pela concepção de linguagem que as direcionam, o tema em questão indica lacunas que merecem análise sistemática capaz de promover uma revisão da noção de dislexia relacionada aos processos de apropriação da escrita. Assim, pretendemos neste livro:

- analisar criticamente a (in)definição da dislexia, procurando evidenciar a fragilidade das hipóteses explicativas apresentadas pela literatura que trata do assunto e, também, o caráter equivocado da percepção dos ditos sintomas disléxicos, alertando para o fato de que esses sintomas revelam atitudes de reflexão e análise do aprendiz sobre a escrita;
- apresentar e analisar tarefas avaliativas citadas em manuais sobre essa temática, mostrando que tais tarefas, afastadas das ações lingüísticas dos sujeitos, não cumprem seus propósitos por não conseguirem avaliar a linguagem;
- investigar as chamadas manifestações disléxicas que aparecem nos textos produzidos por sujeitos diagnos-

ticados ou apontados como portadores dessa patologia, indicando que tais “erros” são, na verdade, características do processo de apropriação da escrita, indícios singulares da relação entre o aprendiz e a linguagem.

Com a consecução desses objetivos, procuramos evidenciar que a dislexia não se sustenta como um distúrbio ou dificuldade patológica vinculada à apropriação da escrita, mas, ao contrário, revela a própria concretização da construção dessa modalidade de linguagem.

Para tanto, investigamos a literatura que trata o que tem sido chamado de dislexia, buscando recuperar historicamente o equívoco que domina as vias explicativas, sintomatológicas e avaliativas da dita patologia. Além disso, analisamos quatro casos de crianças diagnosticadas ou apontadas como portadoras de dificuldades na aprendizagem da escrita. Essas análises, lingüisticamente orientadas, procuraram focalizar dois aspectos fundamentais: de um lado, as produções textuais, que, como manifestações verbais, criativas e interacionais, constituem unidades lingüísticas significativas, organizadas pelos sujeitos da pesquisa; de outro, o fato de que o processo de apropriação da escrita incide inevitavelmente em “erros” e reelaborações constantes.

Vale ressaltar que este livro foi integralmente perpassado por uma perspectiva que considera a linguagem uma atividade constitutiva, um trabalho coletivo, histórico e social, capaz de incorporar o sujeito e suas atividades específicas de construção, utilização e interpretação da escrita. E o que deriva deste trabalho não é a língua como sistema de signos inertes, mas as regras sociais do jogo da linguagem que se originam na própria prática lingüística. Portanto, entendemos que a

apropriação e o uso da escrita não emergem de um código pronto ou de um modelo a ser reproduzido, mas constituem um processo de construção de objetos lingüísticos.

Então, estruturamos o livro em cinco capítulos. No primeiro, procuramos denunciar que a dislexia – vinculada à noção de um dito distúrbio específico de aprendizagem – vem sendo descrita com base em visão médica envolvida com estudos afasiológicos, apontando para um equívoco em torno da (in)definição dessa noção. Além disso, indicamos diferentes abordagens que buscam explicitar a causa dessa dita patologia, das quais destacamos a visão organicista, a ótica instrumental ou cognitivista e a perspectiva psicoafetiva, discutindo a falta de posição conclusiva acerca dessa temática.

No segundo capítulo, explicitamos o panorama teórico que norteia a pesquisa, transitando por reflexões que tomam o processo de interação socioverbal como espaço de produção da linguagem e dos sujeitos. Nesse capítulo, apresentamos:

- a) a perspectiva sociointeracionista, representada por Bakhtin (1992a; 1992b) e Vygotsky (1991a; 1991b), a qual nos permite compreender que é por meio da relação com o outro que o aprendiz, como sujeito e autor de transformações sociais, se subjetiva e se relaciona com a escrita como um objeto de conhecimento;
- b) a concepção de linguagem como atividade constitutiva, conforme proposto por Franchi (1992), e assinalada, com base em desdobramentos explicitados por Geraldi (1995), em função de três eixos que indicam a historicidade da linguagem, o sujeito e suas ações lingüísticas e o contexto social das interações verbais;

- c) um conceito de texto que, de acordo com Koch (2002; 2003a), é tomado como atividade dialógica, como um trabalho de interação entre sujeitos sociais, contemporâneos ou não, co-presentes ou não, mas em diálogo constante;
- d) estudos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros que apontam para o fato de que, durante o processo de apropriação da escrita, o aprendiz constrói, em conjunto com o outro, estratégias singulares para usar essa modalidade de linguagem.

Em seguida, no terceiro capítulo, apresentamos e questionamos o que a bibliografia sobre a dislexia, de forma geral, toma como sintomas disléxicos. Para isso, buscamos, em conformidade com estudos como os de Abaurre (1992; 1994; 1996), Cagliari (1989; 1998) e Silva (1991), mostrar que os ditos sintomas disléxicos, longe de indícios patológicos, compõem o próprio processo de construção do objeto escrito, uma vez que revelam hipóteses e estratégias de reflexão sobre a escrita.

No quarto capítulo, apontamos tarefas avaliativas usadas para testar e diagnosticar crianças e adultos como portadores de dislexia ou de uma dificuldade especificamente relacionada à língua escrita, procurando enfatizar a inconsistência de tais tarefas à medida que ora se apóiam em procedimentos completamente desvinculados da linguagem – como é o caso de testes referentes à questão da prontidão para a alfabetização –, ora se baseiam em uma abordagem restritiva, que entende o sujeito como passivo e a língua como um código encerrado em si mesmo. Desse modo, enfatizamos que, descontextualizando a linguagem, desconsiderando o sujeito e

suas ações lingüísticas e assumindo uma posição indefinida acerca da relação entre a oralidade e a escrita, as tarefas avaliativas, na realidade, não julgam a linguagem e, portanto, não sustentam o diagnóstico de dislexia.

Para finalizar, no quinto capítulo, apresentamos casos de crianças apontadas como portadoras de um distúrbio de aprendizagem. Mostramos que suas reelaborações, seus “erros” e “incompletudes” – tomados, inadvertidamente, como sintomas patológicos – são fatos lingüísticos que acompanham o processo de apropriação e uso da linguagem. Além disso, ainda nesse mesmo capítulo, a partir da adoção de um procedimento abduutivo, conforme explicitado por Peirce (1995), pretendemos evidenciar que, em situações interativas, os sujeitos desta pesquisa, ao contrário dos rótulos que carregam, produzem textos com base em processos de progressão referencial e progressão tópica, garantindo às suas produções continuidade e organização.

Essa análise nos leva a rejeitar diagnósticos e posicionamentos vinculados à noção de dislexia como uma patologia. As diversas estratégias textuais que os sujeitos da pesquisa – três meninos e uma menina – usam nas suas produções escritas, as diferentes hipóteses que eles lançam sobre aspectos gráficos e convencionais dessa modalidade de linguagem não são indícios patológicos, mas pistas que sinalizam as próprias ações lingüísticas desses sujeitos em pleno processo de apropriação da escrita.